

Número 2 - Enero/Junio 2018

MAHPAT

ISSN 0719 - 7365

MUSEOLOGÍA / ARTE / HISTORIA / PATRIMONIO / ARQUITECTURA / TURISMO



EDITORIAL CUADERNOS DE SOFÍA

SANTIAGO — CHILE

CUERPO DIRECTIVO

Directora
Carolina Cabezas Cáceres
Universidad de Las Américas, Chile

Editor
Juan Guillermo Estay Sepúlveda
Editorial Cuadernos de Sofía, Chile

Cuerpo Asistente

Traductora: Inglés
Lic. Pauline Corthon Escudero
Editorial Cuadernos de Sofía, Chile e

Traductora: Portugués
Lic. Elaine Cristina Pereira Menegón
Editorial Cuadernos de Sofía, Chile

Portada
Felipe Maximiliano Estay Guerrero
Editorial Cuadernos de Sofía, Chile

COMITÉ EDITORIAL

Dra. Giuliana Borea Labarthe
University of New York, Estados Unidos

Dr. José Manuel González Freire
Universidad de Colima, México

Mg. Mario Lagomarsino Montoya
Universidad de Valparaíso, Chile

Lic. Luis Grau Lobos
Director Museo León, España

Dr. Caryl Lopes
Universidad Federal Santa María, Brasil

COMITÉ CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Dra. María Luisa Bellido Gant
Universidad de Granada, España

Dra. María Bolaños Atienza
Universidad de Valladolid, España
Directora Museo de Escultura, España

Ph. D. Ricardo Camarena Castellanos
University of Ottawa, Canadá

Dra. Concepción García Sáiz
Directora Museo de América, España

Ph. D. Yudhishtir Raj Isar
University of Western Sydney, Australia
The American University of Paris, Francia

MADIPAT

CUADERNOS DE SOFÍA
EDITORIAL

Ph. D. Kirstin Kennedy

Victoria and Albert Museum, Inglaterra

Ph. D. Massimo Negri

*Director di European Museum Academy,
Países Bajos*

Dr. Giovanni Pinna

*Director Museo di Storia Naturale di Milano,
Italia*

*Director de la Associazione Italiana si Studi
Museologici, Italia*

Indización

Revista MAHPAT, se encuentra indizada en:



ISSN 0719-7365 – Publicación Semestral / Número 2 / Enero – Junio 2018 pp. 25-34

**NANISMO E ARQUITETURA: UM ESTUDO SOBRE A ACESSIBILIDADE DE PESSOAS
COM ACONDROPLASIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA**

**DWARFISM AND ARCHITECTURE: A STUDY ON THE ACCESS OF PEOPLE
WITH ACHONDROPLASIA ON A BRAZILIAN HIGHER EDUCATION INSTITUTION**

Lic. Gilma Alves Ferreira

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil
gilmaaf_28@hotmail.com

Lic. Paulo Vidal Guanabara de Azevedo

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil
paulo.vidal45@gmail.com

Lic. Valéria de Araújo Lima

Universidade Federal da Paraíba, Brasil
valeriaaraaujo1941@gmail.com

Fecha de Recepción: 18 de enero de 2018 – **Fecha Revisión:** 02 de marzo de 2018

Fecha de Aceptación: 05 mayo de 2018 – **Fecha de Publicación:** 01 de junio de 2018

Resumo

O presente estudo visa descobrir se espaços físicos e a estrutura de uma instituição estadual de ensino superior na cidade de Campina Grande, Paraíba, Brasil de segurança, têm garantido o acesso necessário para as pessoas com acondroplasia condições. dispositivos na legislação brasileira que são responsáveis por garantir a acessibilidade em ambientes públicos, como instituições de ensino superior, bem como as especificações padrão dimensões físicas e móveis são expostos, a NBR 9050/2015, desenvolvido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); e expõe algumas características de pessoas com o tipo de nanismo de acondroplasia e aspectos de suas necessidades em ambientes físicos. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, seguindo a abordagem qualitativa do método de coleta de dados de observação simples. Apesar desse resultado positivo, destaca-se a necessidade de rever como os espaços públicos estão sendo preparados e se consideram as diferentes condições de cada cidadão.

Palavras-Chave

Deficiência física – Nanismo – Acessibilidade – Arquitetura

Abstract

The present study aims to find out if the physical spaces and the movable structure of a state higher education institution, in the city of Campina Grande, Paraíba, Brazil, present the necessary conditions for the guaranteed accessibility of people with achondroplasia. The devices in the Brazilian legislation that are responsible for guaranteeing accessibility in public environments, such

as higher education institutions, as well as the norm for the specifications of physical dimensions and furniture, NBR 9050/2015, developed are exposed. by the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT); and exposes some characteristics of people with the type of achondroplasia dwarfism and aspects of their needs in physical environments. The research is characterized as exploratory, following the qualitative approach of the data collection method of simple observation. Despite this positive result, the need to review how public spaces are being prepared and if they consider the different conditions of each citizen is highlighted.

Keywords

Physical deficiency – Dwarfism – Accessibility – Architecture

Para Citar este Artículo:

Ferreira, Gilma Alves; Azevedo, Paulo Vidal Guanabara de y Lima, Valéria de Araújo. Nanismo e arquitetura: um estudo sobre a acessibilidade de pessoas com acondroplasia em uma Instituição de Ensino Superior brasileira. Revista MAHPAT num 2 (2018): 25-34.

Introdução

Dos aspectos destacáveis referentes aos últimos quarenta anos de progressos legislativos pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, medidas baseadas na Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990¹ e na Declaração de Salamanca de 1994² proporcionaram a modificação e a criação de dispositivos capazes de nortear a inclusão dessas pessoas em sociedade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³, em sua publicação no ano de 1996, reorganizou os direitos educacionais das pessoas com deficiência, onde em seu capítulo V estabelece todos os princípios cabíveis referentes aos direitos educacionais da pessoa com deficiência na modalidade da educação especial, considerando os aspectos da modalidade, currículo e recursos, profissionais capacitados, assim como classes, escolas ou serviços especializados caso a escola regular não tenha plena capacidade de abranger as necessidades destes estudantes.

Além da LDB, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008⁴, designada para assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, visa garantir o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino, como também a acessibilidade arquitetônica das instituições de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva surge como reforçador no âmbito das leis brasileiras, considerando que, no ano de 2004, o decreto nº 5.296 já definia que “Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida⁵” (BRASIL, 2004, Art. 24), definição que, por força de Lei, proporciona a garantia de que ambientes educacionais sejam pensados para receber plenamente pessoas com deficiência sem que haja prejuízo ou limites para utilização dos espaços.

Considerando as deficiências de caráter físico, indivíduos com nanismo apresentam um conjunto de especificidades que podem não ser atendidas, devido ao seu limite de altura e também aos parâmetros adotados para acessibilidade dos espaços físicos, que arquitetonicamente têm suas especificações normatizadas devido aos aspectos legislativos brasileiros. Na medida que há necessidade de adequação por parte das instituições de ensino superior para atender a demanda e a necessidade destes indivíduos com deficiência, e visando determinar os parâmetros antropométricos que de fato existem nestas instituições que favoreçam a utilização plena dos ambientes, a

¹ Brasil, Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

² Brasil, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. (Brasília: UNESCO, 1994).

³ Brasil, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

⁴ Brasil, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

⁵ Brasil, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

seguinte pesquisa apresenta assim o objetivo de averiguar se os espaços físicos e a estrutura mobiliária de uma instituição de ensino superior pública, na cidade de Campina Grande, Paraíba, Brasil, apresentam as condições necessárias para a garantia da acessibilidade de pessoas com nanismo, particularmente, acondroplasia.

Da regulamentação da acessibilidade para o planejamento arquitetônico no Brasil

O órgão responsável pela regulamentação de normas em âmbito nacional, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), estabeleceu através da norma brasileira 9050⁶, que teve última edição em 2015, todos os aspectos arquitetônicos necessários para que os ambientes públicos sejam plenamente acessíveis para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

A NBR de “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos” considera as “diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais”, de forma que, através de todos os aspectos de construção dos espaços apresentados na norma, pessoas com deficiência física ou sensorial de qualquer natureza e em qualquer etapa de sua vida, possam utilizar de forma segura e com autonomia os ambientes públicos, superando assim o aspecto das barreiras arquitetônica e urbanística que são caracterizadas na Lei 13.146/2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Acessibilidade para pessoas com Nanismo

A forma como o Nanismo se apresenta varia de acordo com as suas causas, podendo estas advir de uma deficiência na produção de GH (Growth Hormone) ou, simplesmente, hormônio do crescimento, caracterizando os indivíduos que possuem proporcionalidade em seus membros, apesar da baixa estatura, ou em decorrência de, segundo Cervan e seus colaboradores⁷, “uma mutação genética que afeta a ossificação endocondral”, acometendo diretamente na proporção do corpo.

A Acondroplasia é o tipo mais frequente de nanismo desproporcional. As características básicas de pessoas com a síndrome citada são, de acordo com Tavares, Cardoso, Santos e Sampaio⁸, “baixa estatura, membros curtos, desproporção entre tronco e membros, mãos pequenas e largas com formato do tipo “mão em tridente”, limitação nos movimentos dos cotovelos, postura com acentuada cifose torácica e lordose lombar”. Diferente de algumas síndromes, a Acondroplasia afeta homens e mulheres de forma equivalente.

⁶ ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: 2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (Rio de Janeiro: ABNT, 2015).

⁷ Mariana Pereira Cervan, et al., “Estudo comparativo do nível de qualidade de vida entre sujeitos acondroplásicos e não-acondroplásicos”, J. bras. psiquiatr., Rio de Janeiro, Vol: 57 num 2 (2008): 106.

⁸ Ademario Santos Tavares; Raísa Lorena Siqueira de Albuquerque Cardoso; Jaqueline Franciele dos Santos; Greyce Yane Honorato Sampaio, “Acessibilidade para pessoas com deficiência: algumas dificuldades em projetar para indivíduos com nanismo. In: Anais do VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído & VII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, Vol. 2 num 7 (São Paulo: Blucher, 2016), 3.

Levando em consideração as características supracitadas, pode-se afirmar que a acessibilidade para pessoas com Nanismo, não diz respeito ao seu cognitivo, pois segundo Cervan⁹, citado por Vasconcelos e Barros¹⁰, esses indivíduos não têm seu desenvolvimento cerebral afetado, podendo apresentar até mesmo QI acima da média. Suas dificuldades dizem respeito a locomoção e execução de atividades nos espaços que, muitas vezes, não são adaptados para atender suas necessidades físicas, limitando sua ação.

Tratando-se de espaços públicos, é perceptível que apesar da existência de leis que garantem a acessibilidade para qualquer indivíduo com deficiência física, as pessoas com nanismo, e em especial, com Acondroplasia, são diversas vezes esquecidas durante os planejamentos arquitetônicos. A ausência de acessibilidade para estes sujeitos dificulta sua permanência em universidades, por exemplo. Ao se depararem com as múltiplas dificuldades, os indivíduos com nanismo, mesmo possuindo condições intelectuais para cursar o ensino superior, acabam desistindo em decorrência das impossibilidades de agir de forma independente ou para não passar por situações de constrangimento público.

Acessibilidade e a falta da mesma, para Tavares, Cardoso, Santos e Sampaio¹¹, afetam “na autonomia, segurança e conforto, nas relações interpessoais e condições de saúde”. Entende-se que a acessibilidade está diretamente ligada a independência do indivíduo com deficiência, e que como parâmetro de inclusão, a mesma é avaliada, segundo a NBR 9050/2015¹², como a possibilidade do uso pleno dos espaços e de seus constituintes mobiliários, assim como transporte, serviços de comunicação, informação e tecnologias, em qualquer espaço, seja público ou privado, para que estes itens citados não só sejam utilizados, mas vivenciados pelas pessoas com deficiência. Porém, considerando que tais dimensões são pensadas frente a média geral de tamanho dos indivíduos de sexo masculino (homens de estatura elevada) e feminino (mulheres de baixa estatura)¹³, assim sendo estes fatores antropométricos, pessoas com nanismo encontram desvantagem nos ambientes, que não estão plenamente arquitetados para que a sua acessibilidade seja plena.

Metodologia utilizada na avaliação da acessibilidade

Considerando as dimensões da pesquisa, desenvolvida em uma instituição de ensino superior estadual na cidade de Campina Grande, Paraíba, Brasil, adotamos a abordagem qualitativa, por esta ter como principal fonte de dados o ambiente natural, além de ser descriptiva e permitir a compreensão do objeto de estudo de forma mais clara devido suas características¹⁴. Considerando as características dos indivíduos com acondroplasia, e as dimensões estabelecidas para acessibilidade física e de mobiliário

⁹ Mariana Pereira Cervan, et al... 2008.

¹⁰ Hortência Lira de Vasconcelos; Bruno Xavier da Silva Barros, "Acessibilidade em banheiros: um estudo teórico sobre as necessidades de indivíduos acondroplásicos" In: Anais do VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído & VII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, Vol: 2 num 7 (São Paulo: Blucher, 2016).

¹¹ Ademario Santos Tavares; Raísa Lorena Siqueira de Albuquerque Cardoso; Jaqueline Franciele dos Santos; Greyce Yane Honorato Sampaio, "Acessibilidade para pessoas com... 3.

¹² ABNT...

¹³ ABNT... 6.

¹⁴ Robert C. Bogdan e Sari Knopp Biklen. Investigação qualitativa. In: Robert C. Bogdan e Sari Knopp Biklen. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.

pela NBR 9050/2015¹⁵, selecionamos os ambientes acadêmicos de uso frequente e fundamental para os frequentadores: Biblioteca, sala de aula os banheiros. Estes ambientes correspondem aos itens 10.16, 10.15 (Escolas) e 7¹⁶, respectivamente.

Espaços e mobiliário	Características
Bibliotecas	<p>Pelo menos 5 %, com no mínimo uma das mesas, devem ser acessíveis. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade (10.16.2) (ABNT, 2015, 136).</p> <p>A largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se atender às necessidades de espaço para circulação e manobra (10.16.3) (ABNT, 2015, 136).</p> <p>A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais (1,20 m máximo) (10.16.4) (ABNT, 2015, 137).</p> <p>O botão de ligar/desligar dos computadores deve encontrar-se em entre a altura de 0,40 e 1,20 m.</p>
Salas	<p>As lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso. Cadeiras devem apresentar assento que esteja de 0,38 a 0,43 m do chão, com profundidade da nádega à parte posterior do joelho de 0,42 a 0,51 m (10.15.7) (ABNT, 2015, 136).</p> <p>Quando forem utilizadas cadeiras do tipo universitário (com prancheta acoplada), devem ser disponibilizadas mesas acessíveis à pessoa em cadeira de rodas na proporção de pelo menos 1 %, para cada caso, do total de cadeiras, com no mínimo uma para cada duas salas. (10.15.6) (ABNT, 2015, 136).</p>
Banheiros	<p>Recomenda-se que a distância máxima a ser percorrida de qualquer ponto da edificação até o sanitário ou banheiro acessível seja de até 50 m (7.3.1) (ABNT, 2015, 83).</p> <p>Os pisos dos sanitários ou boxes sanitários devem ser antiderrapantes, não ter desniveis junto à entrada ou soleira; ter grelhas e ralos posicionados fora das áreas de manobra e de transferência (7.5) (ABNT, 2015, 88).</p> <p>Todas as barras de apoio utilizadas em sanitários e vestiários devem resistir a um esforço mínimo de 150 kg no sentido de utilização da barra, sem apresentar deformações permanentes ou fissuras, ter empunhadura e estar firmemente fixadas a uma distância mínima de 40 mm entre sua base de suporte (parede, painel, entre outros), até a face interna da barra. (7.6.1) (ABNT, 2015, 88).</p> <p>Sanitários entre 0,43 e 0,45 m; deve ser equipado com válvula</p>

(Tradução; Alvarez, M. J.; Santos, S. B.; Baptista, T. M. Porto (Portugal: Porto Editora. 1994), 147-201

¹⁵ ABNT...

¹⁶ ABNT... 135-136 e 83-113.

	<p>de mictório instalada a uma altura de até 1,00 m do piso acabado, preferencialmente por sensor eletrônico ou dispositivos equivalentes ou de fechamento automático. (7.7.2.1/7.10.4.2) (ABNT, 2015, 90-103).</p> <p>Os espelhos podem ser instalados em paredes sem pias. Podem ter dimensões maiores, sendo recomendável que sejam instalados entre 0,50 m até 1,80 m em relação ao piso acabado (7.11.1) (ABNT, 2015, 105).</p> <p>Pias a 0,50 m do chão, com 1,30 comprimento.</p> <p>Quando houver parede lateral, devem ser instaladas barras para apoio e transferência. Uma barra reta horizontal com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação) a uma distância de 0,40 m entre o eixo da bacia e a face da barra e deve estar posicionada a uma distância de 0,50 m da borda frontal da bacia. Também deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 0,70 m, posicionada verticalmente, a 0,10 m acima da barra horizontal e 0,30 m da borda frontal da bacia sanitária (7.7.2.2.1) (ABNT, 2015, 91).</p>
Comum a todos	<p>Os elementos de acionamento para abertura de portas devem possuir formato de fácil pega, não exigindo firmeza, precisão ou torção do pulso para seu acionamento (4.6.6) (ABNT, 2015, 91).</p> <p>As maçanetas devem preferencialmente ser do tipo alavanca, possuir pelo menos 100 mm de comprimento e acabamento sem arestas e recurvado na extremidade, apresentando uma distância mínima de 40 mm da superfície da porta. Devem ser instaladas a uma altura que pode variar entre 0,80 m e 1,10 m do piso acabado (4.6.6.1) (ABNT, 2015, 91).</p> <p>Os interruptores devem estar a uma altura entre 0,60 e 1m.</p>

Quadro 1

Dimensões utilizadas na análise. Adaptado de NBR 9050/2015 (ABNT, 2015)

Os dados serão coletados a partir da observação e da medição dos ambientes e mobiliário conforme as especificações da NBR 9050/2015¹⁷, descritas no quadro acima, considerando a altura média que um indivíduo com acondroplasia pode alcançar, na hipótese de se tratar de um estudante de ensino superior ou um visitante.

Resultados e discussão

A análise foi realizada considerando amostras do ambiente selecionado, se tratando de um dos centros acadêmicos da instituição, que apresenta arquitetura com grandes dimensões e que foi pensada nos moldes de acessibilidade. O prédio apresenta três andares de construção, um elevador, rampas de acesso além das escadarias; conjuntos de salas, distribuídos entre salas de aula, departamentos e núcleos estudantis, que apresentam semelhanças em suas dimensões físicas; duas bibliotecas, que por sua vez também apresentam estrutura física e mobiliário semelhantes. Consideramos analisar os banheiros masculino e feminino, a biblioteca a esquerda (figura 1) e algumas salas de aula no primeiro andar, e medimos as dimensões de mobiliário com uma trena com capacidade de 5 metros.

¹⁷ ABNT... 2015.



Figura 1

Planta baixa do primeiro andar do prédio analisado. Universidade Estadual da Paraíba/PROPLAN

Na biblioteca foram verificadas as seguintes medidas:

Balcão de atendimento (0,73-0,90 m): 1,10 m; Mesa de leitura/estudo (0,75-0,85 m): leitura = 0,75/estudo = 0,79 m; Computadores (botão de ligar/desligar) (0,40-1,20 m): 0,40 m; Estantes (até 1,20 m): 1,90 m; Portas/ maçanetas (0,90-1,10 m) [tipo alavanca]: 1,08 m; Cadeiras: 0,45 m; Tomadas: 0,38 m.

O balcão encontra-se acima do estabelecido, o que pode gerar problema de comunicação em relação a altura média de uma pessoa com acondroplasia, apesar de ter sido verificada a existência de uma escada de pequeno porte que poderia ser utilizada para suprir essa necessidade. As mesas de leitura e estudo encontram-se em altura desejável, as cadeiras também apresentam altura do assento para o chão e a profundidade do assento dentro das normas, mas o apoio para posicionar os pés firmemente no caso de pessoa com nanismo não foi verificado. As estantes apresentam livros que estão até 1,90 m de altura, o que não favorece a pessoa com acondroplasia e limita sua independência dentro do ambiente da biblioteca.

Os banheiros verificados apresentaram as seguintes medidas: Sanitários (0,43-0,45 m): Feminino: 0,40 m/ Masculino: 0,40 m (sanitários) – 0,60 m (mictórios); Maçaneta (0,80-1,10 m): Feminino / Masculino: 1,08 m (porta de entrada) / 1,20 m (porta para o sanitário [ferrolho]); Interruptores/tomadas (0,40-1,10 m): Feminino / Masculino: 1,18 m; Espelhos (0,90 m): 1,22 m; Pia (0,50 m do chão/ 1,30 comprimento): Feminino / Masculino: 0,92 m do chão/ 0,58 m comprimento; Descarga (máximo de 1,00 m): Feminino: 1,16 m/ Masculino: 1,10; Barras de apoio: 0,70 m com 0,10 m de distância em relação a parede. Das salas de aula visitadas, algumas apresentavam cadeira apresentaram prancheta acoplada, com 0,45 m de altura do assento quanto ao chão; outras continham cadeira com plano de superfície de trabalho com profundidade correspondente ao adequado pela NBR 9050/2015, de 0,60 m¹⁸. Os quadros estão instalados a 0,81 m do chão e apresentam 1,40 m de altura em sua dimensão.

¹⁸ ABNT... 17.

Considerações Finais

Os dados coletados e os estudos realizados em documentos oficiais norteadores de normas para acessibilidade em locais públicos, permitiram uma cautelosa observação sobre como os espaços supracitados foram pensados no que diz respeito à acessibilidade. Pode-se notar que, apesar de não condizer total e completamente as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as bibliotecas, salas de aulas e banheiros seguem a maioria das especificações recomendadas, atendendo, consideravelmente, as necessidades da pessoa com acondroplasia. Tais verificações concordam com os resultados de Tavares, Cardoso, Santos e Sampaio¹⁹, de que apesar de uma norma que regule as características físicas e mobiliárias dos ambientes, os dados dispostos nessa norma não garantem que os ambientes proporcionem acessibilidade plena aos espaços e também com as considerações de Vasconcelos e Barros²⁰, que apontam levantamentos antropométricos para pessoas com acondroplasia como fatores fundamentais para revisão da norma, e que pesquisas que buscam este tipo de levantamento podem disseminar o propósito da autonomia e inclusão de pessoas com nanismo em sociedade. Apesar desse resultado positivo encontrado, destaca-se a necessidade de rever como os espaços públicos vêm sendo elaborados e se estes consideram as diferentes condições de cada cidadão. É necessário que os ambientes sociais se configurem como acessíveis para os tipos de deficiência, permitindo que todos, sem exceção, tenham acesso aquilo que lhe é garantido por direito.

Bibliografia

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: 2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT. 2015.

Bogdan, Robert C. e Biklen, Sari Knopp. Investigação qualitativa. In: Bogdan, Robert C.; Biklen, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução; Alvarez, M. J.; Santos, S. B.; Baptista, T. M. Porto (Portugal): Porto Editora. 1994. 147-201.

Brasil. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia. 1990.

Brasil. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO. 1994.

Brasil. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9.394. 1996.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.296. 2004.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação. 2008.

¹⁹ Ademario Santos Tavares; Raísa Lorena Siqueira de Albuquerque Cardoso; Jaqueline Franciele dos Santos; Greyce Yane Honorato Sampaio, "Acessibilidade para pessoas com... 2016.

²⁰ Hortência Lira de Vasconcelos; Bruno Xavier da Silva Barros... 2016.

Nanismo e arquitetura: um estudo sobre a acessibilidade de pessoas com acondroplasia em uma Instituição de Ensino... pág. 34

Brasil. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília. 2015.

Cervan, Mariana Pereira et al. “Estudo comparativo do nível de qualidade de vida entre sujeitos acondroplásicos e não-acondroplásicos”. J. bras. psiquiatr., Vol: 57 num 2 (2008): 105-111.

Vasconcelos, Hortência Lira de; Barros, Bruno Xavier da Silva. Acessibilidade em banheiros: um estudo teórico sobre as necessidades de indivíduos acondroplásicos. 621-630. In: Anais do VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído & VII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral Blucher Design Proceedings, Vol: 2 num 7 São Paulo: Blucher. 2016.

Tavares, Ademario Santos; Cardoso, Raísa Lorena Siqueira de Albuquerque; Santos, Jaqueline Franciele dos; Sampaio, Greyce Yane Honorato. Acessibilidade para pessoas com deficiência: algumas dificuldades em projetar para indivíduos com nanismo. 609-620. In: Anais do VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído & VII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral. Blucher Design Proceedings, Vol: 2 num 7. São Paulo: Blucher. 2016.

Las opiniones, análisis y conclusiones del autor son de su responsabilidad
y no necesariamente reflejan el pensamiento de la **Revista MAHPAT**.

La reproducción parcial y/o total de este artículo
debe hacerse con permiso de **Revista MAHPAT**.